



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

compatibilidade com as regras vigentes e, por outro, adequação de tal iniciativa à finalidade da lei.

É fato que a Lei n. 8.666/93 não autorizou expressamente a cessão no pólo ativo nos contratos administrativos, mas isso não quer dizer seja vedado fazê-lo.

Como se sabe, aplicam-se aos contratos administrativos, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme expressamente determinado no art. 54 da Lei n. 8.666/93.

Assim, seriam aplicáveis supletivamente aos contratos administrativos as normas de direito privado que admitem, via interpretação analógica, a cessão da posição contratual utilizando como fundamento, naquilo que couber, as regras que disciplinam a cessão de crédito.

Deve-se analisar, em primeiro plano, o caráter pessoal ou não do contrato público que advém da obrigatoriedade da licitação, onde são observadas as condições pessoais do contratado. É por esse motivo, basicamente, que o TCU destoa da doutrina para manter a tradição da vedação da cessão do contrato público e possibilitar a subcontratação – mantendo-se as responsabilidades contratuais da contratada – em montantes previstos no edital e no contrato. Esse entendimento adotado pelo TCU só pode ser aplicado quanto à posição do contratado, e não quanto à Administração Pública contratante, pois a ela não se pode dizer que o contrato é pessoal, salvo insurgência a ser criada pela própria contratada.

Nessa mesma linha, também não haveriam argumentos para dizer que as cessões afetariam o princípio da vinculação aos editais das licitações que deram origem a esses contratos, pois nenhuma alteração ocorrerá quanto às condições e cláusulas desses contratos, em decorrência da substituição do polo ativo da contratação.

Também não se pode falar em afrontamento ao princípio da isonomia, porque, por óbvio, esse se refere à relação de competitividade lançada entre as concorrentes da licitação e não ao Contratante.

Com base nesses fundamentos, pode-se afirmar que a cessão da titularidade do contrato administrativo em favor de outro ente administrativo é consentânea com a Lei de Licitações, atingindo a consecução do interesse público, que é a ultimação do contrato público, cuja interrupção poderá causar prejuízos a toda sociedade. Desta feita, é juridicamente legítima a cessão da titularidade ativa do contrato público, considerando a aplicação supletiva das regras de direito privado (art. 54 da Lei n. 8.666/1993) e a teoria geral dos contratos, desde que estejam presentes os seguintes requisitos: a) motivação em cada caso concreto com explicações técnicas